

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Gaza, um abismo moral para Israel



A calamidade no território ilustra a total falta de compromisso do governo de Netanyahu com o alívio do sofrimento dos civis palestinos e a construção de uma paz duradoura e sustentável

O incidente que deixou mais de cem palestinos mortos no norte de Gaza na quinta-feira foi imediatamente tomado de assalto pela guerra de narrativas. Testemunhas alegam que soldados israelenses dispararam contra civis, matando alguns e detonando um estampido sangrento. O Ministério da Saúde controlado pelo Hamas fala em 112 mortos e centenas de feridos. As forças israelenses alegam que o estampido começou inadvertidamente, e só após a multidão ameaçar um posto de checagem, deram

tiros de advertência.

Sejam lá quais forem as responsabilidades diretas pelo incidente, Israel é indelutavelmente responsável. O norte de Gaza foi ocupado há meses. Mesmo que a tragédia não tivesse acontecido, os milhares de palestinos empilhando-se por um punhado de farinha em torno dos caminhões – fornecidos não por Israel ou agentes internacionais, mas por empresários palestinos – são por si só uma ilustração da anarquia instalada na região.

Sem prejuízo de prováveis crimes de guerra, não se questiona a legitimidade da operação de Israel para neutralizar o

Hamas. Também não se questiona que o Hamas – após drenar os recursos de Gaza para seus propósitos insanos, provocar a guerra e utilizar táticas projetadas para sacrificar o máximo de seus contrerrôneos – tem sua parcela de responsabilidade em cada uma das mortes que aconteceram e acontecerão. Ninguém pode ser pró-Palestina sem ser contra o Hamas.

Mas justamente porque Israel é um Estado Democrático de Direito integrado à ordem internacional, e não uma entidade terrorista, totalitária e genocida como o Hamas, sua responsabilidade é de outra ordem.

O que Israel está fazendo para abrigar os civis em campos de refugiados, garantir suprimentos ou reabilitar hospitais destruídos? O que Israel está fazendo para arquitetar um mínimo de ordem e resguardar direitos civis e humanos da população nos territórios ocupados? O que está fazendo para construir uma paz duradoura com seus vizinhos?

O governo de Benjamin Netanyahu nega a possibilidade de um Estado palestino e se recusa a apresentar uma estratégia política – qualquer uma, mesmo de curto prazo. Após quatro meses, Netanyahu se saiu com um documento de uma página com um plano genérico e irresponsável. Ele torna claro que Israel manterá o bloqueio de Gaza e pretende gerir sua vida civil. Mas a anomia do território contradiz essas intenções.

A janela de legitimidade da operação de Israel se fecha rapidamente. Senadores norte-americanos discutem propor uma legislação cortando o fluxo de recursos e armas a menos que ele apresente soluções para a crise humanitária. Os

EUA e os aliados de Israel deveriam impor pressão máxima para uma pausa e, se ela não for possível por causa do Hamas, é preciso ficar clara alguma boa-fé de Israel.

Um modo de prová-la seria cooperar com medidas emergenciais para fornecer suprimentos à população à beira da inanção. O objetivo é maximizar entregas, seja por via aérea, terrestre ou marítima. Isso aliviaria o desespero dos palestinos e dispersaria a entrega, evitando concentrações caóticas.

Um gesto de boa vontade seria encaminhar concertações para uma força de paz sob jurisdição da ONU. Ela ajudaria a separar os civis de Gaza, evitando atritos com as forças israelenses. Nações árabes, especialmente Jordânia e Egito, que têm boas relações com Israel e laços culturais com os palestinos, poderiam compô-la. Além de proteger os comboios de gangues e racionalizar a distribuição, essa concertação poderia ser o germe de uma arquitetura para prevenir o retorno do Hamas e estabelecer uma ordem civil sustentável. Mas, neste momento, o governo de Netanyahu é um entrave a essas e outras soluções. Ele conta com a guerra para se manter no poder.

Uma Palestina permanentemente ocupada destruirá a democracia de Israel. Sem um Estado palestino, os israelenses serão tragados por intermináveis ciclos de violência. Uma Palestina provisoriamente ocupada sem ordem civil deixará os palestinos à mercê de máfias e de terroristas, intensificando a instabilidade. Sem ajuda humanitária, Israel se afastará cada vez mais dos valores judaicos, caminhando a passos firmes para o abismo moral. ●

O negócio da religião

Avanço da PEC que amplia imunidade tributária para templos, inclusive com apoio do governo, mostra o crescente poder dos donos de igrejas, que fazem da fé um ativo para barganha política

Com apoio do governo federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/23, que amplia a imunidade tributária das igrejas, foi aprovada pela comissão especial da Câmara encarregada de analisar a matéria. A PEC 5/23, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), sobrinho do notório bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, seguiu para votação no plenário da Casa no dia 28 passado.

Se leram *Eclesiastes* 5:10, e é muito provável que tenham lido, os líderes da poderosa bancada evangélica na Câmara decerto não se comoveram com aquele versículo da *Bíblia*, que diz: “Quem ama o dinheiro jamais terá o suficiente. Quem ama as riquezas jamais ficará satisfeito”. Pois é assim,

insaciáveis, que parecem se mover os deputados que abusam do mandato ao subverter a representação política em trampolim para o enriquecimento – e pior, por meio da exploração da religiosidade de milhões de brasileiros.

A Constituição já concede imunidade tributária aos templos de qualquer credo no País como forma de garantir aos cidadãos o direito fundamental à liberdade religiosa. Afinal, ninguém pode ser privado de exercer plenamente a sua fé por falta de recursos financeiros para manter de pé os seus locais de culto. Essa isenção tributária do livre exercício da fé é uma coisa. Outra, muito distinta, é o que se pretende com essa imoral, para dizer o mínimo, PEC 5/23.

O relatório do deputado Fernando Máximo (União-RO), ao final aprova-

do, retirou da PEC 5/23 os partidos políticos e os sindicatos como beneficiários da ampliação da imunidade tributária – o que seria o insulto adicionado à injúria. Manteve, contudo, a vedação da cobrança de impostos sobre “bens ou serviços necessários à formação do patrimônio, à geração de renda e à prestação de serviços” por instituições religiosas de qualquer credo. Como é público, são os representantes das igrejas de fé evangélica os que mais têm se mobilizado pela aprovação da PEC 5/23 no Congresso, a começar por seu autor.

Ora, o que são bens ou serviços essenciais para a missão pastoral de cada igreja? Trata-se de algo tão impreciso que uma avenida será aberta para toda sorte de privilégios, quando não para o enriquecimento de um punhado de vendilhões. Podem significar desde a isenção de impostos para compra de cimento necessário para uma obra numa determinada igreja até a aquisição ou aluguel de automóveis de luxo ou jatinhos para os deslocamentos de pastores. O céu é o limite nesse vale-tudo absolutamente antirrepublicano.

Esse avanço sem sobressaltos da PEC 5/23 também é revelador da absoluta incompreensão do presidente Lula da Silva do que seria uma legítima e esperada aproximação entre o mandatário e o chamado segmento evangélico.

Sendo esse segmento cada vez maior e mais articulado politicamente, é claro que a parcela da população que se declara evangélica – cerca de 30% dos brasileiros – deve merecer a atenção do presidente da República, como quaisquer outras. O busilis é que Lula entende que se aproximar dos evangélicos significa sacudir um saco de dinheiro diante dos que se dizem seus líderes. E, em defesa do petista, deve-se dizer que não são poucos os líderes evangélicos que se prestam a essa esperteza. Aproximação republicana seria Lula ouvir e assimilar os legítimos interesses e valores dessa parcela da população, não raro conflitantes com os apoiados pelos ditos progressistas.

É altamente improvável que os 308 votos necessários à aprovação da PEC 5/23 não sejam obtidos no plenário. Em primeiro lugar, porque, historicamente, os líderes da bancada evangélica não costumam ter dificuldade em arregimentar apoios a questões de seu interesse. Em segundo lugar, porque a PEC 5/23 avança no Congresso justamente no momento em que Lula da Silva move mundos e fundos – sobretudo fundos – para se aproximar dos evangélicos. E assim se perpetua esse mutualismo mundano, que só leva em conta os interesses eleitorais do presidente e os interesses financeiros dos que vivem de explorar a fé alheia. ●